

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ROBSON ALVES DE BRITO

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NO MUNICÍPIO DE
TIJUCAS-SC**

FLORIANÓPOLIS, 2010

ROBSON ALVES DE BRITO

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NO MUNICÍPIO DE
TIJUCAS-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, Departamento de Serviço Social,
Centro Sócio-Econômico, Universidade
Federal de Santa Catarina.


Orientadora: Prof^ª. Dra. Eliete Cibele
Cipriano Vaz.

FLORIANÓPOLIS, 2010

ROBSON ALVES DE BRITO

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NO MUNICÍPIO
DE TIJUCAS-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.



Orientadora: Profª. Dra. Eliete Cibeles Cipriano Vaz



1ª Examinadora:

MSc. Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão



2ª Examinadora:

Profª. Dra. Vânia Maria Manfro

Florianópolis

2010/2

AGRADECIMENTOS

Neste momento especial, gostaria de agradecer primeiramente a Deus, ao meu pai, Deoclécio Alves de Brito Júnior, por todo carinho e confiança, e aos meus irmãos Rolney, Rodrigo e Kátia.

Agradecimento especial à professora e orientadora: Eliete. Pelo seu conhecimento, e acima de tudo pela sua compreensão.

As professoras Vânia Maria Manfroi e Beth Carreirão, que aceitaram o convite para participar da Banca.

Aos amigos que fiz na UFSC durante todo este período que lá estive, em especial, as meninas Cória, Ana Paula, Karina e Juliana.

Ao pessoal que compartilhei idas e vindas de Tijucas a Florianópolis e vice-versa. Foram tantas viagens que, certas vezes, não sabia se estava indo ou voltando.

Não poderia deixar de agradecer ao Prefeito Elmis Mannrich que acreditou no meu trabalho e oportunizou que eu pudesse conciliar o emprego e a faculdade nesses quatro anos e meio. E agradecer também as pessoas que contribuíram nesse processo, Flávia Fagundes, Fernando Fagundes, Marilu Duarte Carvalho e Walter Vicente Gomes Filho.

“Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história”.

Sérgio Buarque de Holanda

BRITO, Robson Alves de. **A atuação profissional do serviço social no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, no município de Tijucas - SC.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal oferecer subsídios para potencializar o trabalho do Assistente Social do Serviço de Enfrentamento, frente às principais demandas recebidas, na área da violência sexual contra crianças e adolescentes residentes no município de Tijucas – SC. Encontra-se dividido em três seções, sendo que a primeira seção aborda o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes; apresentando dados alarmantes no Brasil; definições de violência, abuso e exploração sexual; as principais legislações e as políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. Neste sentido busca-se contextualizar a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes através de dados fazendo um contraponto com as legislações e políticas públicas de proteção desses sujeitos. A segunda seção encontra-se focada na rede de proteção social, destacando a importante atuação dos Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, no trabalho com o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual, do qual se faz a caracterização no município de Tijucas – SC, especialmente da atuação do Serviço Social. A terceira seção apresenta a pesquisa empírica realizada acerca do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual, no município de Tijucas-SC, utilizando-se como instrumental técnico, questionário semiestruturado, aplicado aos profissionais da área de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, a fim de conhecer a dinâmica de trabalho e, sobretudo, a articulação desses serviços quanto ao enfrentamento da violência, dando-se destaque ao trabalho do Assistente Social na articulação com a rede de proteção social municipal. Neste sentido, são apresentadas as informações resultantes da pesquisa empírica e a sua respectiva análise. Para a elaboração deste trabalho adotou-se a pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, delineada como pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Para oferecer aporte teórico a este trabalho foram utilizadas obras de autores de referência que estudam esta temática.

Palavras-chave: Criança e Adolescente; Violência Sexual; Políticas Públicas; Serviço Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1: Incidência da violência por idade da vítima.....	16
Quadro 2: Incidência a violência por gênero.....	17
Quadro 3: Violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo gênero.....	18
Quadro 4: Violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo raça.....	18
Quadro 5: Violência sexual contra crianças, segundo renda familiar.....	18
Quadro 6: Violência sexual contra crianças, segundo idade.....	18

GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade dos Profissionais.....	44
Gráfico 2: Sexo.....	45
Gráfico 3: Formação Profissional.....	45
Gráfico 4: Profissionais com especialização.....	46
Gráfico 5: Tempo de Graduação.....	47
Gráfico 6: Tipo de Vínculo Empregatício.....	48
Gráfico 7: Tempo de atuação no Serviço de Enfrentamento.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT - Admitido em Caráter Temporário

AMAS – Associação Municipal de Assistência Social

CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CT – Conselho Tutelar

ECA – Estatuto de Criança e do Adolescente

Lacri – Laboratório de Estudos da Criança

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

ONG – Organização Não Governamental

SC – Santa Catarina

SMAS – Secretaria Municipal de Ação Social

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes.....	14
1.1 Dados alarmantes no Brasil.....	15
1.2 A violência, o abuso e a exploração sexual.....	20
1.3 As principais legislações.....	24
1.3.1 As políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente.....	27
2. A importância da rede de proteção social no enfrentamento da violência, da exploração e do abuso sexual contra crianças e adolescentes.....	29
2.1 O Conselho Tutelar, o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e o Fórum Catarinense na luta contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil.....	31
2.2 O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual, em foco.....	36
2.2.1 A caracterização do Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual, em Tijucas – SC.....	38
2.2.2 O Serviço Social.....	40
3. A pesquisa.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICES.....	59
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	60
Apêndice B – Questionário.....	62
ANEXO.....	65
Anexo A – Autorização.....	66

INTRODUÇÃO

Em toda a história da humanidade, crianças e adolescentes foram e ainda são vítimas das mais diversas formas de violência, seja ela física, psicológica ou sexual.

Neste sentido, a relevância do presente estudo situa-se em enfatizar a importância da articulação entre o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e a rede de proteção social no enfrentamento desse fenômeno, no município de Tijucas - SC.

Considera-se de suma importância o desenvolvimento de um trabalho profissional alinhado com as diretrizes das Políticas Públicas voltadas às crianças e aos adolescentes, com respaldo em suas respectivas legislações.

O ECA em seu 4º artigo preconiza que se constitui como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituindo como objeto central crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em acompanhamento pelo Serviço Social do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual, do município de Tijucas - SC, o presente estudo delineou como principais questões: Como se configura a articulação do Serviço Social do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual do Município de Tijucas - SC, com a rede de proteção social? Como se articula o trabalho entre a área de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual do Município de Tijucas - SC? Quais as principais dificuldades do Serviço Social, nessa área, no atendimento a crianças e adolescentes?

O presente trabalho tem como objetivo geral: Oferecer subsídios para potencializar o trabalho do Assistente Social do Serviço de Enfrentamento, frente às principais demandas recebidas na área da violência sexual contra crianças e adolescentes residentes no município de Tijucas - SC, seguido pelos objetivos específicos: Compreender a atuação do Serviço Social nesse espaço socio-ocupacional; Identificar as políticas públicas que compõem a rede de proteção social; Identificar as principais condições sociofamiliares das crianças e adolescentes que possam

ter contribuído para a situação de violência; Compreender aspectos do fenômeno da violência, do abuso e da exploração sexual, nesse município.

Orientada pelo método dialético, a presente pesquisa classifica-se como estudo exploratório, de natureza qualitativa, delineada como pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

A pesquisa documental foi desenvolvida através de consultas a documentos institucionais arquivados na Secretaria Municipal de Ação Social, de Tijucas, como atas de reuniões e estatutos.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da leitura de livros, revistas e artigos veiculados por meio eletrônico. Como aporte teórico para a elaboração do trabalho, utilizou-se os autores: André Viana Custódio (2009), Eva Teresinha Faleiros (2000), Josiane Rose Petry Veronese (2006), Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (1993; 2001), Maria Edinete Rosa (2004), Maria O. Vasconcelos e Linda Simone Mallak (2002), Patrícia Calmon Rangel (2001), Rosa Maria Fischer (2007), Sarita Amaro (2003), Veet Vivarta (2003) e Vicente de Paula Faleiros (2001).

A coleta de dados foi feita através de pesquisa empírica, mediante a aplicação de questionário semi-estruturado a três (03) profissionais que atuam no Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, no município de Tijucas.

Para melhor compreensão da temática proposta, o trabalho encontra-se estruturado em três seções:

A primeira seção aborda o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes; apresentando dados alarmantes no Brasil; definições de violência, abuso e exploração sexual; as principais legislações e as políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. Neste sentido busca-se contextualizar a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes através de dados fazendo um contraponto com as legislações e políticas públicas de proteção desses sujeitos.

A segunda seção encontra-se focada na rede de proteção social, destacando a importante atuação dos Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, no trabalho com o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual, do qual se faz a caracterização no município de Tijucas – SC, especialmente da atuação do Serviço Social.

A terceira seção apresenta a pesquisa empírica realizada acerca do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual, no município de Tijucas-SC,

utilizando-se como instrumental técnico, questionário semiestruturado, aplicado aos profissionais da área de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, a fim de conhecer a dinâmica de trabalho e, sobretudo, a articulação desses serviços quanto ao enfrentamento da violência, dando-se destaque ao trabalho do Assistente Social na articulação com a rede de proteção social municipal. Neste sentido, são apresentadas as informações resultantes da pesquisa empírica e a sua respectiva análise.

1 O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes

Muitas crianças e adolescentes no mundo ainda são vítimas de violência. Na história das civilizações, há registro de diversas formas de violência e opressão contra esse segmento, o que remete à fragilidade física e à falta de reconhecimento desse ser em desenvolvimento, e que requer atenção especial.

Segundo Amaro (2003, p.25 apud Lloyd de Mause):

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na história, mais reduzido o nível de cuidado com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, abandonadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente.

Rosa (2004, p. 22) destaca que no “Brasil, foram os jesuítas que implantaram um estilo europeu de educação dos filhos baseado na prática de castigos corporais. Eles pregavam uma disciplina caracteristicamente rígida, com “gosto de sangue”. A questão central que se impõe na violência contra crianças é principalmente a relação de poder entre adulto e criança, a criança frágil fisicamente, fica a mercê de cuidados que em muitos casos não atendem a sua condição peculiar de desenvolvimento.

Rangel (2001, p. 23) aponta que “A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes vem ocupando grande espaço nas análises contemporâneas sobre violência, mas não por ser um fenômeno recente”. O que é recente é a consideração de crianças e adolescentes como pessoa em peculiar condição de desenvolvimento de acordo com o Art. 4º do ECA, o que traz um caráter de sujeito de direitos, transitando de um longo período de indiferença para a proteção integral dos direitos desse segmento, distanciando-se da concepção de criança como mero objeto, embora, em muitas famílias, ainda predomine essa nefasta concepção.

Para romper o ciclo de violência contra as crianças e adolescentes é preciso rever todo um processo de dominação através dos adultos que ainda não levam em consideração estes sujeitos como sujeitos de direitos, e que continuam a violentá-los como se fossem propriedades suas.

Rosa (2004, p. 21) entende que “[...] a violência contra os filhos adquire um papel social essencial na sociedade capitalista, ao adequar e treinar a submissão à autoridade dos pais, garantindo que os interesses da sociedade estejam sendo agenciados pelas esferas de vida privada”.

Nesse sentido, Rangel (2004, p.35) esclarece que:

“A visão do homem como “produto”, própria do capitalismo, sustenta essa concepção da infância como uma fase de “investimento” no futuro adulto e dá aos pais legitimidade ideológica para cuidar de seus filhos da forma que melhor atenda aos seus interesses, uma vez que, como “investidores”, devem decidir o destino da “matéria-prima” que irá se transformar em seu “produto”.

Desta forma:

“A imaturidade biológica da criança e a sua dependência emocional e material em relação ao adulto são o argumento que tem fundamento a hierarquização do relacionamento adulto-criança e legitimado o poder dos pais sobre os filhos, criando uma relação assimétrica, pois que adultocêntrica, isto é, centrada primordialmente nas concepções e interesses dos adultos”. (RANGEL, 2004, p.35).

Na sociedade em que vivemos as crianças e adolescentes, muitas vezes, são vítimas de uma relação de poder imposta já na família e que reproduz uma grande submissão desses sujeitos perante seus genitores. A questão central que se apresenta é de que a criança e o adolescente são propriedades dos pais e, por esse motivo, não há uma igualdade entre pais e filhos, ou seja, uma proximidade que favoreça o seu desenvolvimento saudável. Há predominantemente, uma hierarquia que tende a amputar os direitos desses sujeitos.

Pensar em uma nova organização societária, também começa pelo reconhecimento da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos, no sentido de se estabelecerem relações mais igualitárias, o que contribuirá, grandemente, para a erradicação da violência que permeia as relações familiares, pois, os principais fatores que estão presentes nas situações de violência contra crianças e adolescentes são as relações de poder que se originam na sociedade “machista” e “patriarcal” na qual estamos inseridos.

1.1 Dados alarmantes no Brasil

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária de 2006 (p.54) traz que “Somente nas décadas de 1960 e 1970 começou a despontar no Brasil uma consciência maior sobre a questão da violência contra a criança e o adolescente no âmbito das relações familiares”. Neste sentido, segundo o referido Plano “Os primeiros casos analisados pareciam apontar para fatos isolados cometidos por

famílias de baixa renda, por “mães desequilibradas” e “pais alcoólatras” (IDEM, p. 54). Todavia, “[...] a vivência demonstrou que casos assim não eram tão raros e que os agressores se distribuíam por todas as camadas e grupos sociais”. (IDEM, p. 54)

Ainda é trazido que “A coleta e consolidação de dados sobre casos notificados de violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil ainda é um processo em construção”. (IDEM, p. 55) O Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, vem realizando pesquisas sobre a ocorrência desse tipo de violência no país. As investigações têm mostrado que três entre dez crianças sofrem diariamente algum tipo de violência dentro da própria casa. “O número de casos não notificados, no entanto, será maior ou menor conforme seja mais ou menos amplo o pacto do silêncio de que muitas vezes participam profissionais, vizinhos, familiares e até a própria vítima”. (IDEM, p.55)

Segundo os dados obtidos pela equipe que elaborou o Plano, oriundos do Ministério da Saúde apontam que a violência e os acidentes constituem o primeiro fator mais importantes de mortalidade no Brasil, na faixa etária de 5 a 19 anos (59%). Já as agressões ocupam o primeiro lugar nas estatísticas, sendo responsáveis por 40% do total de óbitos.

Quanto ao perfil das vítimas, é possível identificar variações conforme a faixa etária e o gênero, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome.

Com base no Plano acima citado, apresentam-se alguns dados a partir dos quadros 1 e 2 que mostram dados relativos aos quase 28.000 casos atendidos, no segundo semestre de 2005, no Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, oferecido no CREAS (Centros de Referência Especializado de Assistência Social), em 314 municípios brasileiros.

O primeiro Quadro apresenta as diferenças de incidência da violência por idade da vítima, evidenciando que a maior ocorrência encontra-se na faixa etária de 7 a 14 anos.

Quadro 1 – Incidência da violência por idade da vítima

IDADE	0 - 6 anos	7 - 14 anos	15 - 18 anos	Total
Violência Física	765	2.194	477	3.436
Violência Psicológica	828	2.793	719	4.340
Abuso Sexual	2.383	8.674	2.193	13.250
Exploração Sexual	37	1.503	1.347	2.887

Negligência	923	2.574	576	4.073
Total	4.936	17.738	5.282	27.986

Fonte: Plano Nacional, 2006, p. 55 apud Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

(www.mds.gov.br).

No segundo Quadro, observa-se que, se a diferença de gênero altera pouco os dados sobre a negligência e sobre a violência física e psicológica, ela é um fator marcante nos dados sobre violência sexual: três vezes mais meninas do que meninos foram vítimas de abuso sexual e dez vezes mais meninas do que meninos foram vítimas de exploração sexual.

Quadro 2 – Incidência da violência por gênero

GÊNERO	Masculino	Feminino	Total
Violência Física	1.719	1.117	3.436
Violência Psicológica	2.177	2.163	4.340
Abuso Sexual	3.092	10.158	13.250
Exploração Sexual	258	2.629	2.897
Negligência	2.145	1.928	4.073
Total	9.391	18.595	27.986

Fonte: Plano Nacional, 2006, p. 56 apud Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

(www.mds.gov.br).

De acordo com os dados acima apresentados, pode-se perceber a grande quantidade de casos de exploração sexual existentes no Brasil, esse fenômeno atinge principalmente as crianças e adolescentes oriundos de famílias menos abastadas e, portanto:

(...) deve ser analisada como um problema social de múltiplas faces que deve ser combatido através de uma rede especializada no atendimento às crianças, adolescentes e famílias vitimizadas, através de campanhas de prevenção e de recepção e encaminhamento de denúncias bem como da capacitação dos agentes participantes do Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Foram criados programas e foram desenvolvidas ações nestas frentes, como por exemplo, o Serviço de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, oferecidos no CREAS – que atende crianças, adolescentes e suas famílias – em 2003 era oferecido em 314 municípios e, em 2006, atingiu 1.080 municípios, dentre os mais de 5000

municípios existentes no País. Mas há necessidade de expansão, fortalecimento e ampliação da qualidade desses serviços. (PLANO NACIONAL, 2006, p.56)

Conforme traz o Plano: “Além da já mencionada diferença de gênero, a violência sexual também mostra ser diferenciada por classe e etnia”. (PLANO NACIONAL, 2006, p. 56). Dos casos de exploração sexual atendidos no CREAS em 314 municípios, no segundo semestre de 2005, nota-se que mais do dobro de vítimas era parda ou negra e que a renda familiar das crianças e adolescentes atendidas é um fator de vulnerabilidade significativa, como a maioria dos casos atingindo famílias com renda de até 3 salários mínimos, e uma parte significativa com renda até 1 salário mínimo conforme segue nos Quadros 3, 4, 5 e 6.

Quadro 3 – Violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo gênero.

	Masculino	Feminino	Total
GÊNERO	258	2.629	2.887

Fonte: Plano Nacional, 2006, p. 56 apud Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (www.mds.gov.br).

Quadro 4 – Violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo raça.

RAÇA	Branca	Negra (Preta e Parda)	Total
	983	1.904	2.887

Fonte: Plano Nacional, 2006, p. 56 apud Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (www.mds.gov.br).

Quadro 5 – Violência sexual contra crianças, segundo renda familiar.

RENDA FAMILIAR	0-1 salários mínimos	1-3 salários mínimos	Acima de 3 salários mínimos	Total
	1.979	798	158	2.887

Fonte: Plano Nacional, 2006, p. 56 apud Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (www.mds.gov.br).

Quadro 6 – Violência sexual contra crianças, segundo idade

	0-6 anos	7-14 anos	15-18 anos	Total
--	-----------------	------------------	-------------------	--------------

IDADE	37	1.503	1.347	2.887
--------------	----	-------	-------	-------

Fonte: Plano Nacional, 2006, p. 56 apud Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (www.mds.gov.br).

Segundo dados do Observatório dos Direitos da Criança e do Adolescente (2010)¹, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a cada dia, 77 casos de violência contra crianças e adolescentes são registrados pelo Disque Denúncia Nacional - Disque 100, serviço da SDH/PR. De janeiro a julho de 2010, o serviço recebeu 16.348 mil denúncias. Em sete anos, mais de 80% dos 5.565 municípios brasileiros tinham oferecido denúncias ao Disque 100, número superior aos 78% de 2009.

Ainda, segundo os dados, de 2006 a 2010 houve um crescimento de 70,47% no total de municípios que realizaram denúncias de violações contra os direitos humanos de crianças e adolescentes. A região Nordeste foi a que mais denunciou, ao serviço, nos sete primeiros meses do corrente ano, registrando 37% das denúncias. Em seguida, as regiões Sudeste (33%), Sul (12%) e, por último, as regiões Norte e Centro-Oeste, com 9% cada.

A violência física e psicológica lidera o número de denúncias, seguidas por negligência, abuso sexual, exploração sexual, pornografia e tráfico de crianças e adolescentes.

As principais vítimas são as mulheres. Cerca de 57% das denúncias correspondem a crianças ou adolescentes do sexo feminino. Esse número sobe para 80% nas situações de exploração sexual.

Na região sul, segundo dados do Ministério Público de Santa Catarina², publicado em setembro de 2010, entre 2006 e 2008 foram atendidos pelo Programa Sentinela 21.856 casos de abuso e exploração sexual, o que revela uma média de 607 casos por mês ou 20 casos por dia, em Santa Catarina.

¹ Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.obscriancaeadolescente.org.br/?id=wns&cod=354>> Acesso em 27/09/2010 às 21 horas.

² <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2388148/mpsc-lanca-nova-campanha-contra-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>> Acesso em 27/09/2010 às 20:00 horas.

1.2 A violência, o abuso e a exploração sexual

Nos dias atuais segundo Amaro (2003, p. 26) [...] sabe-se que os maus-tratos à infância referem-se não só a violência física, mas também a todo o ato que cause dano à integridade moral, física, mental, emocional ou social da criança.

Conforme traz Faleiros (2000, p.17) “A violência sexual contra crianças e adolescentes acontece em escala mundial, esteve sempre presente em toda a história da humanidade, e em todas as classes sociais, articulada ao nível de desenvolvimento e civilizatório da sociedade na qual acontece”.

Há uma grande complexidade ao se tratar deste fenômeno tendo em vista o silêncio que é comumente adotado tanto pela família quanto pelas pessoas ligadas a família. No Brasil, como no restante do mundo, há uma dominação imposta através do “machismo” que cria empecilhos para a realização de denúncias de abuso e exploração sexual. Por outro lado, a herança histórica do termo pejorativo “menor” cria percalços na efetivação dos direitos destes sujeitos.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente a cometida por familiares ou conhecidos, é um espaço de silêncios, segredos e sigilos. Verifica-se a freqüente existência de pactos de silêncio, mantidos por familiares, amigos, vizinhos, comunidades, profissionais, que a encobertam, desqualificando revelações verbais e não verbais das vítimas, negando evidências e sinais, em nome da fidelidade, interesses de diversas ordens, medos, sigilos profissionais de justiça. (FALEIROS; FALEIROS, 2001, p.18)

Assim, um grande número de crianças e adolescentes ainda não são respeitados como sujeitos de direitos, pois têm suas manifestações amputadas por interesses diversos, tanto no interior da família como na comunidade que os cerca.

A violência doméstica³ atinge todas as classes sociais, porém nas classes sociais mais abastadas procura-se manter o sigilo através da procura de profissionais que sejam pertencentes ao atendimento particular e sigiloso, o que fará com que este dado não entre para as estatísticas oficiais nem que haja um trabalho governamental com a vítima. No caso das famílias mais

³ Para Azevedo e Guerra (2001) Violência Doméstica caracteriza-se como “todo ato ou omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, por outro lado, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”

vulneráveis as denúncias são mais frequentes por parte de parentes e vizinhos, dada a própria convivência na qual esta família está inserida que, na maioria das vezes, tem suas relações de conflito presenciadas. Neste caso há também uma maior abrangência da rede pública de proteção nas diversas áreas fazendo com que se torne a identificação dos sintomas mais eficiente.

No que diz respeito à violência sexual, faz-se necessário diferenciar o que a caracteriza como abuso e como exploração sexual.

Nas categorias de violência sexual há uma distinção entre Abuso e Exploração Sexual. Abuso sexual é definido por Faleiros (2000, p.15) da seguinte forma:

Em síntese, o *abuso sexual* deve ser entendido como uma situação de *ultrapassagem* (além, excessiva) *de limites*: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares e de tabus. E que as situações de abuso infringem maus tratos às vítimas.

Já a Exploração Sexual, segundo Faleiros (2000, p.33), difere do abuso, pois:

A exploração sexual de crianças e de adolescentes têm de ser compreendida em suas determinações históricas. A formação econômica, social e cultural da América Latina, assentada na colonização e na escravidão, produziu uma sociedade escravagista, elites oligárquicas dominantes e dominadoras de categorias sociais inferiorizadas pela raça, cor, gênero e idade. O que deu origem a uma sexualidade machista, sexista, adultocêntrica, ainda vigente.

A exploração sexual atinge milhões de jovens, na maioria das vezes, do sexo feminino e também oriundas da população empobrecida. Segundo Faleiros (2000, p.31) a dificuldade conceitual da questão e sua precária avaliação quantitativa deve-se ao fato do mercado do sexo ser extremamente poderoso economicamente, florescente, que se recicla constantemente, ser ilegal, criminoso e dominado por máfias, o que faz com que o conhecimento e as pesquisas sobre essa problemática sejam extremamente difíceis e até mesmo perigosas.

Na concepção de Vivarta (2003, p. 27), o abuso sexual é compreendido como:

Situação em que o adulto submete a criança ou o adolescente, com ou sem seu consentimento, a atos ou jogos sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com a oferta de presentes. De acordo com dados contidos em denúncias, ocorre na maioria das vezes dentro da própria família. Quando se trata de um caso extrafamiliar, acontece, em geral, na vizinhança e em instituições de atendimento e prestação de serviços.

O autor concebe a Exploração Sexual como:

Ato ou jogo sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição. (VIVARTA, 2003, p.27).

Com os autores citados é possível compreender a distinção entre abuso e exploração sexual. O abuso sexual é um fenômeno presente, na maioria das vezes, numa relação intrafamiliar, de submissão, a fim de satisfazer aos adultos que os cercam, aqui cabe uma contribuição de Faleiros (2000, p. 29) “A cultura machista tende a culpabilizar a vítima mulher, acusando-a de seduzir o homem violentador sexual”. O autor também indica que

Outro argumento que vem sendo muito utilizado juridicamente na defesa de violentadores sexuais é o de que as adolescentes atualmente são amadurecidas e informadas o suficiente para se oporem aos abusos sexuais, o que significaria que estes ocorrem com o consentimento das vítimas ou provocadas por estas.

Neste sentido, Faleiros (2000, p.29) salienta que “É importante destacar que os argumentos até então utilizados na discussão do consentimento da vítima têm se assentado principalmente nas condições individuais da mesma (capacidade pessoal de sedução, maturidade, informação) (...)” não pautado na natureza das relações de violência, dominação e agressão às quais encontram-se submetidas.

Nas relações de dominação e de agressão, segundo Faleiros (2000, p. 29) “(...) a vítima tem muito poucas condições de reagir, independente de suas condições pessoais, porque encontra-se sob o império do dominador/agressor, em situação análoga de tortura, seqüestro, ameaça de morte, escravidão”.

Nessa relação, a vítima encontra-se numa situação de poder, fazendo com que não lhe resta saída, ela encontra-se numa relação de dominação.

A exploração sexual tem como finalidade a obtenção de recursos financeiros, haja vista que os explorados, muitas vezes, são oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Faleiros (2000, p. 33) aponta que “Por outro lado é importante destacar as articulações do fenômeno da exploração sexual com as atividades econômicas dos territórios onde ocorre”.

Portanto, as formas de exploração variam segundo o desenvolvimento econômico das localidades ou regiões nas quais existe. Segundo Faleiros (2000, p. 33), por exemplo, no Brasil, nas cidades onde houve incremento ao turismo floresceu o sexo turismo, assim como próximo a extração de minérios (garimpos) e portos a criação de bordéis, nos centros políticos e

administrativos há a oferta de garotas de programas para servirem de “acompanhantes” a políticos e executivos.

Ainda segundo o autor “Considerando que um dos principais determinantes da inserção de crianças e adolescentes no mercado do sexo é a pobreza e a exclusão sócio-econômica (da escola, do consumo, mercado de trabalho, da saúde, da cultura) (...)” ele indica que o enfrentamento desse problema tem que passar obrigatoriamente pela inclusão que se dá através do acesso a políticas sociais públicas, responsabilidade do Estado. Cabendo às ONGs um papel complementar como parceiro do poder Estatal.

No sentido de complementar o fenômeno da exploração sexual, cabe aqui destacar algumas formas de exploração contra crianças e adolescentes como, por exemplo: a pornografia na internet e o tráfico para fins sexuais.

Primeiramente cabe destacar o surgimento da Internet que segundo Santos (2004, p. 255), tem apresentado a quebra de fronteiras geográficas, físicas, culturais e sociais. O autor ainda indica que:

A internet “Está unindo, em salas virtuais, salas de bate-papo, pessoas que não têm “sexo”, “idade”, “cor”, “história”. Não existem na realidade, pois são frutos da imaginação. Ou, seria melhor dizer, as pessoas são na internet o que elas realmente gostariam de ser: seres virtuais”.

Ainda segundo Santos (2004, p. 255): a Internet configura-se com uma Rede: não existe início nem fim. “Cada um se liga no todo, que se liga a cada um em particular. Uma teia de comunicações e sentidos diferentes é permutada em grande velocidade”.

Das opções existentes no comércio do sexo, a Internet caracteriza-se como importante ferramenta na proliferação da prostituição de crianças e adolescentes no mundo todo, e que se infiltra livremente por todos os espaços.

Dando seqüência as formas de exploração sexual, cabe ainda destacar o tráfico para fins sexuais de crianças e adolescentes. Segundo Leal M. L. e Leal M. F. (2004, p. 267):

O tráfico de seres humanos reflete profundas contradições históricas da relação dos homens entre si, com a natureza, com a produção e a ética. Nesta situação, as pessoas são exploradas não somente para atividades sexuais comerciais (prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais), mas também para o trabalho forçado e escravo (na agricultura, na pesca, nos serviços domésticos, na indústria e outros); extração de órgãos e para adoção, recriando formas tradicionais de exploração e

sacrifício, constituindo-se em formas modernas de escravidão. Assim, o tráfico humano é mais do que uma grave violação da lei. É uma afronta à dignidade humana.

As autoras ainda trazem que:

Nesta perspectiva, o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial é o resultado das contradições sociais, acirradas pela globalização e pela fragilidade dos Estados Nações, aprofundando as desigualdades de gênero, raça e etnia. (Leal M. L. e Leal M. F., 2004, p. 267).

Cabe pontuar que no Brasil segundo Leal M. L. e Leal M. F., 2004, p. 269: “As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam o maior número de rotas de tráfico de mulheres e adolescentes, em âmbito nacional e internacional, seguidas pelas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul”. Confirmando assim uma estreita relação entre pobreza, desigualdades regionais e a existência de rotas de mulheres e adolescentes para fins sexuais em todas as regiões brasileiras, cujo fluxo ocorre das zonas rurais para as zonas urbanas e das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas.

1.3 As principais legislações

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seu Art. 2º o seguinte: Considera-se criança, para os efeitos da Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Pois bem, este público na história de nosso País nunca teve uma legislação que visasse a sua proteção até o ano de 1988, com o advento da Constituição Federal e, posteriormente, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Para abordar as legislações nacionais de proteção a criança e ao adolescente faz-se necessário voltar um pouco no tempo e se reportar a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, que traz dez princípios fundamentais ao desenvolvimento da criança, enquanto sujeito. O 9º princípio, dessa Declaração, traz o seguinte:

A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; da nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe

prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

Em 20 de novembro de 1989 a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança⁴ – Carta Magna para as crianças de todo o mundo e, no ano seguinte, o documento foi oficializado como lei internacional. A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 193 países, somente dois países não ratificaram a Convenção: os Estados Unidos e a Somália.

No Brasil, como já citado, somente em 1988 com o advento da Constituição Federal é que a criança e o adolescente tiveram suas prerrogativas atendidas que, mais tarde, em 13 de julho de 1990 desencadeou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei n. 8.069.

Contrariando a lógica adotada na Doutrina do Menor em Situação Irregular que havia sido instituída pela Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979, o ECA possui por fundamento o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O ECA traz no Art. 98 que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III – em razão de sua conduta.

No cenário Internacional, em 1995, houve o Encontro Mundial das Mulheres em Beijing / Pequim onde foi decidida a realização, em agosto do ano seguinte, de um congresso Mundial contra a Exploração Comercial de Crianças e Adolescentes, a ser sediado em Estocolmo.

A consulta regional no Brasil aconteceu em Brasília no mês de abril de 1996, durante o Seminário contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes das Américas com a participação de mais de 600 representantes de organizações governamentais, não-governamentais e pesquisadores de 24 países. Segundo Mallak; Vasconcelos (2002 p. 12) “Os eixos fundamentais do seminário foram a proposição de alternativas de implementação de

⁴ UNICEF <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm> Acesso em 24/10/2010.

políticas públicas, a articulação das ações governamentais e não-governamentais em níveis nacional, continental e internacional, inclusive entre países do Primeiro e do Terceiro Mundo”.

No ano de 1996 aconteceu o Congresso Mundial de Estocolmo, que marcaria um novo momento da história no combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes conforme traz Mallak; Vasconcelos (2002 p. 12) “Apontou a necessidade de analisar o fenômeno do ponto de vista histórico, cultural, social e jurídico e o definiu como crime contra a humanidade nas modalidades de prostituição infantil, pornografia, turismo sexual e tráfico para fins sexuais.”

No Brasil, este processo de mobilização social provocou a elaboração e publicação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, no ano 2000.

O Plano Nacional foi elaborado em junho de 2000, durante o Encontro Nacional ocorrido em Natal (RN). Este Plano consolida o processo no qual foram definidos por meio de consensos entre diferentes setores e segmentos, as diretrizes gerais para uma política pública de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil e foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em 12 de julho de 2000 no Encontro Nacional de Entidades organizado por um conjunto de ONGs do movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O documento citado acima foi estruturado em seis eixos: análise da situação; mobilização e articulação; defesa e responsabilização; atendimento; prevenção; e protagonismo infanto juvenil.

Os seis eixos que estruturam o Plano se dão da seguinte forma:

Análise da Situação – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, as condições e garantia de financiamento do Plano, o monitoramento e a avaliação do Plano e a divulgação de todos os dados e informações à sociedade civil brasileira.

Mobilização e Articulação – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; divulgar o posicionamento do Brasil em relação ao sexo turismo e ao tráfico para fins sexuais e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização.

Defesa e Responsabilização – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e capacitar os profissionais da área jurídico-policial; implantar e implementar os Conselhos Tutelares, o SIPIA e as Delegacias especializadas de crimes contra crianças e adolescentes.

Atendimento – efetuar e garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, por profissionais especializados e capacitados.

Prevenção – assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento da sua auto defesa; atuar junto a Frente Parlamentar no sentido da legislação referente a INTERNET.

Protagonismo Infanto-Juvenil – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional.

(Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil, 2002, P.15).

Segundo Mallak; Vasconcelos (2002 p. 12) “Em dezembro de 2001 aconteceu o II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Yokohama – Japão, onde o Brasil apresentou os resultados dos acordos estabelecidos no I Congresso Mundial” além das ações desenvolvidas de forma articulada entre sociedade civil e poder público.

1.3.1 As políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente

Visando cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Governo Brasileiro implantou o Programa Sentinela dentro da Política de Assistência Social, na sua linha de atendimento, segundo o Art. 86, do ECA, sob a coordenação da então Secretaria de Estado da Assistência Social. O Art. 86 contempla o seguinte:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, definindo assim as ações que devem ser tomadas e em que esfera.

Já o Art. 87 do ECA aborda da seguinte forma: I – políticas sociais básicas; II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV – serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Juntamente com o ECA, cria-se o Sistema de Garantia de Direitos previsto na Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU de 1989 , no qual o Brasil é signatário. No Estatuto, esta normativa está presente no artigo primeiro em que destaca que a presente lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

O presente sistema de proteção integral é formado em cada município por programas governamentais e não-governamentais nas várias políticas como a educação, saúde, esporte, cultura, lazer, trabalho, segurança entre outras.

Segundo Moraes (2006, p. 52) “Para controlar o sistema, que deve ser integrado em suas ações e objetivos, cada município precisa organizar dois órgãos deliberativos colegiados: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar”.

Para poderem ser efetivadas, as políticas públicas de proteção social à criança e ao adolescente precisam estar bem articuladas, formando assim uma rede de proteção social.

E é neste sentido que será construída a seção seguinte, onde será abordada a importância da rede de proteção social no enfrentamento ao fenômeno da violência, da exploração e do abuso contra crianças e adolescentes, sobretudo a sexual.

2 A importância da rede de proteção social no enfrentamento da violência, da exploração e do abuso sexual contra crianças e adolescentes

A concepção de rede, segundo Amaro (2003) está associada à articulação racional e política de esforços e recursos, mediante a ação conjugada e compartilhada de políticas, organizações e atores tanto públicos como sociais.

Ainda segundo Amaro (2003, p. 129) “A realidade social e institucional tem revelado que o avanço na configuração das políticas sociais, como o ECA, o SUS e a LOAS, tomadas individualmente, pouco potencial têm de impacto social na produção de mudanças efetivamente importantes”. Amaro (2003, p. 130, apud COSTA; SPOSATI, 1999) defendem que “o caminho à superação da fragmentação conceitual estratégica e operacional das políticas, passa necessariamente pelo resgate da comunicabilidade, cumplicidade e articulação entre as políticas e os atores. Isso remete à idéia de redes”.

O trabalho em redes e com redes pressupõe a superação da burocracia que engessa as instituições e atores sociais, e se instaura mediante um processo dinâmico, ativo, efetivamente orgânico e relacional. Nessa perspectiva, os laços e parcerias não funcionam como convênios, mas como contratos dinâmicos, em movimento e conflito, para, no entanto, realizar objetivos em que cada parte potencializa recursos que juntos se tornam também mais eficientes. (AMARO, 2003, p. 130 apud FALEIROS, 1998).

Os órgãos que compõem a rede de proteção social (Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, escolas, saúde, assistência social, delegacias especializadas, juizados da criança e do adolescente e ainda os órgãos não governamentais) precisam romper suas barreiras institucionais e trabalhar no sentido coletivo a fim de atender as demandas que se apresentam e entender que a fragmentação das políticas não permite avançar na consolidação dos direitos.

Neste sentido a rede de proteção social se constitui como uma importante ferramenta na prevenção do fenômeno da violência sexual e no atendimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Nesta direção, Amaro (2003, p.130) aponta que

Uma vez que a questão da criança e do adolescente está abrigada juridicamente pela doutrina de proteção integral, presente na Constituição Federal de 1988, a qual é subjacente a outras leis, como a LOAS, o ECA, o SUS e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para além de suas especificidades, seria qualitativamente relevante que ganhasse uma atenção articulada na configuração de uma rede interpolíticas.

A defesa que fazemos é reforçada com a ação de especialistas que atuam como gestores ou consultores no planejamento de políticas sociais nacionais e internacionais, como Eva Faleiros (1997), Vicente de Paula Faleiros (1998) e Sposati (1999), para os quais a integração e a construção de estratégias formais ou informais compartilhadas repercutem em respostas sociais mais efetivas, ágeis e, sobretudo, democráticas.

Amaro (2003) entende que se referindo à Assistência Social, o diálogo com os Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente só não ocorre por falta de articulação e vontade política, uma vez que seus relatórios evidenciam que a maioria das crianças e adolescentes em situação de risco são demandantes das ações dessas políticas sociais, enquanto pertencentes a famílias social e economicamente vulnerabilizadas.

Partindo desse entendimento e pensando a relação entre a LOAS e o ECA, Amaro (2003, p. 131, apud Sposati, 1999) propõe:

- intensificar a relação entre o CNAS e o CONANDA;
- a relação entre fundos e financiamento;
- a criação do mapa das necessidades da criança, a partir da construção de indicadores (para visualizar a totalidade das necessidades dessa parcela da população);
- a criação de instrumentos de sensibilização da sociedade para a construção de padrões de dignidade;
- a criação de um código de serviço que estabeleça padrões de qualidade no desempenho das atenções, nutrindo o controle social.

Seguindo esse movimento pró-articulação, Amaro (2003) também traz a contribuição de Eva Faleiros (1997) no que se refere a questão da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes sugerindo que sejam:

- implementadas estratégias e ações voltadas a combater preventivamente a violência sexual contra crianças e adolescentes, com ênfase na abordagem junto as famílias;
- direcionados, na política de assistência, recursos para programas e projetos governamentais e não-governamentais, na área de atendimento das vítimas, nos níveis nacional, estadual e municipal;
- promovida uma nova sistemática de seleção e de financiamento de programas de atendimento de crianças e adolescentes submetidos à violência sexual.

A autora (2003, p. 132) ainda traz que, não estando alheio toda esta movimentação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) na sua 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrida em novembro de 1999, trouxe em seu relatório final algumas estratégias conforme segue:

- a criação de fóruns de articulação de política públicas supramunicipais nos estados, objetivando trabalhar em rede em relação às crianças e adolescentes;
- criar e implementar um programa nacional de capacitação dos agentes operadores dos direitos da criança e do adolescente, com abordagem multidisciplinar, sistemática e continuada;
- garantir o estudo do ECA, nos cursos de formação e capacitação de profissionais de Saúde que atuem direta e/ou indiretamente com a população infanto-juvenil, por meio de ações formativas desenvolvidas pelos Conselhos de Direitos, em parceria com os Conselhos de Saúde;
- garantir e/ou implementar capacitação permanente e continuada dos profissionais, técnicos e agentes de saúde para o trabalho de atenção à saúde física, social e mental da criança e do adolescente, nos aspectos preventivos, terapêuticos e ambulatoriais;
- implantar uma política nacional que garanta serviços especiais de assistência integral à criança, ao adolescente e à família, vítimas do uso de drogas, de maus-tratos, abuso, exploração sexual, crueldade, negligência e opressão;
- implantar um programa nacional de reintegração familiar para crianças e adolescentes privados de convivência familiar, em nível municipal, envolvendo os Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e a rede de prevenção.

2.1 O Conselho Tutelar, o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e o Fórum Catarinense na luta contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz em seu Art. 131 que “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”.

A implantação dos **Conselhos Tutelares** se deu logo após a promulgação do ECA em 1990, ainda segundo o ECA, em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade.

Andrade (2000, p. 47) aponta que “O Brasil com suas diversidades regionais, seja nos costumes, seja na linguagem ou nos valores, seja quanto às características dos processos de implantação dos Conselhos Tutelares, seja quanto à sua efetiva ação, tem apresentado uma total disparidade e diversidade”.

O autor ainda mostra que “Não nos referimos apenas ao processo legal de sua constituição, isto é, ao modo como se formou o grupo de conselheiros do Conselho, mas também à configuração, ou seja, à forma como se organiza para cumprir suas atribuições”.

A participação da comunidade é primordial na legitimação das atividades desenvolvidas pelos Conselheiros, porém, segundo Andrade (2000), a escolha desses membros tem sido feita de várias formas: a escolha por meio de colégios eleitorais, a escolha feita apenas por representantes

de entidades que prestam atendimento direto às crianças e adolescentes, alguns municípios optam por expandir a escolha a todos os cidadãos e, desta forma, conseguem divulgar o trabalho dos Conselheiros e também legitimar as ações desenvolvidas por eles.

Há municípios em que o poder público “indica” o Conselheiro Tutelar e, assim, forma-se um verdadeiro “cabide” de emprego com o consentimento do Promotor Público local (ANDRADE, 2000).

O Conselho Tutelar se dá como importante mecanismo de defesa dos direitos da criança e do adolescente, desde que este seja formado por indivíduos que conheçam as suas atribuições e também a forma de efetivar essas prerrogativas. As atribuições dos Conselheiros Tutelares segundo ECA Art. 136 são:

- I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
 - b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII - expedir notificações;
- VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Pesquisa coordenada por Rosa Maria Fischer (2007) aponta que “Há mais de 680 municípios brasileiros desprovidos de Conselhos Tutelares, no Brasil. Dos que existem, pelo menos 4% estão inativos”. (FISCHER, 2007, p.175).

Ainda segundo Fischer (2007, p.175) “Os dados obtidos nesta pesquisa revelam que a implantação e o efetivo início da atuação do CT, demoram em média, três anos após sua criação legal [...]”. Sendo que este período de tempo pode ser maior ou menor, conforme a região geográfica analisada.

Neste sentido, “Os Conselhos da Região Norte demoram mais do que a média nacional para iniciarem suas atividades; 27 Conselhos daquela Região informaram ter sido criados no ano de 1992. No entanto, esta quantidade de colegiados efetivamente em funcionamento só foi observado em 1997[...]”.

Este dado traz uma problemática bastante preocupante no que diz respeito a criação dos órgãos em lei e quanto ao tempo que se leva para o começo do seu funcionamento que, nesse caso, corresponde a cinco anos.

Nos dados referentes a Região Nordeste Fischer (2007, p. 171) aponta que entre a criação e a implementação dos Conselhos Tutelares, há um intervalo de até quatro anos.

Já as Regiões Sudeste e Centro-Oeste seguem a tendência nacional, com média de três anos.

A Região que tem tido, segundo Fischer (2007, p. 174), a melhor média entre criação e implementação foi a Região Sul, com o menor período levando, no máximo, dois anos.

A implementação dos CTs está entre as atribuições dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e deve ser uma das primeiras providências deste conselho. Fischer (2007, p. 174) “[...] há 5.103 CMDCA's ativos, 203 a mais do que CTs ativos, o que demonstra que 4% dos CMDCA's estão tendo dificuldade em cumprir uma de suas tarefas essenciais”.

A criação dos **Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA)** é uma grande conquista no sentido da efetivação dos direitos. Após muitas lutas encampadas pela sociedade, em 1988 a Constituição Federal trouxe essa prerrogativa no que dispõe sobre a participação da comunidade e regulamentou através do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

O ECA traz no seu Art. 88, inciso II – A criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente. São órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas seguindo as leis de cada esfera. Os CDCAs estão estruturados em três eixos que são a participação, a descentralização e a municipalização.

Segundo Custódio (2009, p.82):

Com a constituição dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, a relação de subordinação hierárquica nas políticas públicas sofre profunda ruptura, já que os

conselhos são autônomos em seus respectivos níveis, estando unicamente submetido às leis, ou seja, as deliberações e resoluções dos conselhos hierarquicamente superiores não vinculam os conselhos locais que devem deliberar e resolver de acordo com a sua própria realidade.

Ainda, segundo Custódio (2009), os Conselhos por seu caráter deliberativo vinculam o poder público, que deve atender aos comandos por essa instância, fazendo com que as arbitrariedades até então praticadas pelos governantes seja substituída pela restrição de executar o que é proposto nos Conselhos.

Contrariando a forma em que eram gestadas as ações voltadas as criança e adolescentes, com a criação dos Conselhos de Direito houve a inserção da sociedade civil na tomada de decisões e, assim, trouxe mais legitimidade nas ações desenvolvidas.

Segundo Veronese (2006, p. 68):

O Conselho é órgão de assessoramento municipal e o Prefeito passa a responsabilidade para este Conselho, somente agindo depois do estudo das causas propostas e apresentadas. Estabelecida a linha de ação, o Governo Municipal deve analisá-la, aceitando ou não, adequando-se às condições da Administração. Como órgão controlador, deve o Conselho verificar se a Administração Municipal está agindo de acordo com as propostas oferecidas e, a partir de então, agir como órgão fiscalizador.

Neste sentido, os Conselhos de Direitos ainda têm a responsabilidade sobre o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, pois os recursos são aplicados de acordo com as deliberações do Conselho.

De acordo com a pesquisa realizada por Fischer (2007) como citado anteriormente, tem-se uma amplitude da situação dos CMDCA's do Brasil, segundo a autora:

Apenas 8% dos municípios brasileiros são desprovidos de CMDCA's ativos. Este dado foi fornecido pelos Conselhos Estaduais, com base em informações referentes a 2006, exceto em 4 estados (das Regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste), nos quais o dado foi obtido a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002, do IBGE. Enquanto as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam, respectivamente, 10%, 9% e 9% de municípios sem Conselhos, esses números acerca das Regiões Sul e Sudeste atingem meros 4% e 3%. (FISCHER, 2007, p. 22).

Nesse contexto se vê que a Região Sul assim como a Sudeste apresentam índices elevados se comparados às demais regiões.

Fischer (2007, p. 23) indica que:

Os dados demonstram que houve importantes avanços na implantação de Conselhos Municipais desde a promulgação do ECA. No entanto, a distribuição dos municípios nos quais os Conselhos ainda não foram criados é muito desigual. Se de um lado, uma porção considerável de estados já tem todos os Conselhos Municipais criados, de outro, há estados com grandes lacunas. Há ainda no país, 461 municípios desprovidos de Conselho dos Direitos, distribuídos em 18 estados (95% deles em 10 estados). Porém, apenas 4 estados vêm criando número significativo de Conselhos, enquanto o restante não parece estar caminhando no sentido de ter, nos próximos anos, Conselhos criados em todos os seus municípios.

Cabe ressaltar que os CMDCA's dispõem de um importante aliado no que se refere ao estudo referente à exploração sexual infanto-juvenil, tendo em vista que no Estado de Santa Catarina, no dia 16 de maio de 1998 foi criado o Fórum Catarinense pelo Fim da Exploração Sexual Infanto-Juvenil⁵, na cidade de Chapecó-SC, quando cerca de 120 pessoas de diversas regiões e de diversas entidades governamentais e não-governamentais de Santa Catarina se reuniram em Assembléia Geral para discutir a criação de uma entidade que fosse capaz de enfrentar, de forma organizada, os problemas da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado.

No mesmo ano, em 25 de novembro, com a finalidade de criar condições de sustentabilidade ao movimento do Fórum Catarinense, foi criada a Associação dos Integrantes do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, uma instituição social sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado.

Essa Associação tem por objetivo dar condições de sustentabilidade ao Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil através de apoio técnico, operacional e financeiro necessários ao cumprimento de suas finalidades. Com sede e foro em Lages-SC, a Associação tem os mesmos integrantes de sua Diretoria na coordenação estadual do Fórum, complementando-se com a articulação no Estado, a partir de Coordenadores Regionais, que atuam nas 20 Regiões do Estado, cada qual com um coordenador regional, segundo a divisão da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Conta-se com a articulação de sete Mesorregionais, estas são: Região Norte, Região Sul, Região Oeste, Região Extremo Oeste, Região Planalto, Região do Vale do Itajaí e Região da Grande Florianópolis. Por

⁵ Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Disponível em: <http://www.fimdaviolenciainfantil.com.br/apresentacao_e_historico> Acesso em 24/10/2010.

sua vez, o Fórum Catarinense, enquanto movimento social articula-se de forma a fomentar uma agenda pública de enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil nos municípios catarinenses.

Com os objetivos de mobilizar, articular e sensibilizar a rede de atendimento infanto-juvenil e a sociedade em geral para o enfrentamento do fenômeno da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes, o Fórum Catarinense promove seminários estaduais, regionais, debates e reuniões de discussão. Essas atividades possibilitam a divulgação desta problemática, acompanham a eficácia das ações de luta das entidades integrantes do Fórum, configurando-se como um momento propício para a criação de novas estratégias de enfrentamento. Com isso, surgem proposições e diretrizes que norteiam ações e articulações em todo o Estado, principalmente na prevenção deste tipo de violência.

2.2 O Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual, em foco.

Para propiciar um melhor entendimento desse serviço, primeiramente é preciso contextualizar o Sistema de Seguridade no Brasil que tem início em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, depois de muitas lutas da sociedade que clamava por direitos.

O tripé da Seguridade é formado pelas políticas de saúde, previdência e assistência social, das quais se dará enfoque à última, uma vez que nela se situa o Centro de Referência Especializado de Assistência Social que comporta o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)⁶ constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar e dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo assim um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

⁶ Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/Guia de Orientação n. 1 (MDS, 2009).

Neste sentido, o CREAS deve articular os serviços de média complexidade e operar a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e movimentos sociais.

O Guia de Orientação do MDS (2009) que encontra-se referenciado abaixo, explicita que na implantação do SUAS, o CREAS, num primeiro momento, prestará atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes e atendimento a adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto (L.A e PSC), direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção as crianças e adolescentes.

Sendo assim, cabe a cada município verificar a possibilidade de ampliação gradual dos serviços, de modo a abarcar outras situações de risco ou violação de direitos (com relação às pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência, população de rua, entre outras).

Como citado, o CREAS oferece o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Este serviço atende as crianças e adolescentes em situação de violência sexual que, assim como suas famílias, encontram-se em posição de extrema vulnerabilidade e fragilidade.

Por essa razão, o presente serviço deve desenvolver um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes abusados explorados sexualmente, assim como aos seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da sua auto-estima e o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária.

Neste sentido:

O Serviço deve buscar, no processo de composição e articulação da rede local, alternativas para atendimento e o acompanhamento dos autores de agressão sexual contra crianças e adolescentes, concomitantemente aos encaminhamentos que devem ser conduzidos pelas áreas de segurança pública e justiça para efetivar a responsabilização criminal daqueles.

As ações devem ser desenvolvidas tendo como referência as garantias constitucionais, a LOAS, a PNAS, a NOB/SUAS, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, cujos conteúdos preconizam a proteção social e a defesa de direitos, a prevenção de riscos, a mobilização da sociedade e o desenvolvimento do protagonismo social. (CREAS/Guia de Orientação n. 1, 2009).

Este serviço constitui-se como uma importante ferramenta no atendimento às vítimas de violência sexual, e também no processo de responsabilização dos agressores, onde são feitos os devidos encaminhamentos aos órgãos responsáveis, em paralelo ao atendimento da vítima, quanto aos aspectos criminais do caso.

2.2.1 A caracterização do Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual, em Tijucas – SC

Os serviços que são oferecidos atualmente pela Secretaria Municipal de Ação Social eram executados pela Associação Municipal de Ação Social (AMAS)⁷, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos. Esta associação foi fundada em 13 de abril de 1983 e perdurou até 21 de março de 2001. Durante este tempo, a Associação recebia subvenção da municipalidade para ajudar nos custeios.

A primeira Secretária Municipal de Ação Social foi nomeada somente em 01 de fevereiro de 2001, segundo consta nos arquivos do Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Tijucas, nomeação esta embasada na Lei 982/93 que dispunha sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Tijucas. Embora a primeira Secretária tenha sido nomeada somente no ano de 2001 este cargo já existia desde 1993, conforme Lei 982/1993, de 15 de janeiro de 1993, porém, não era ocupado.

Assim, a SMAS iniciou seus trabalhos somente em 2001, na gestão do Prefeito Uilson Sgrott.

Verificou-se a necessidade da ativação da Secretaria enquanto órgão direto da administração municipal a fim oferecer serviços por meio das políticas públicas à população que apresentava situação de vulnerabilidade social. Também consta em documentos que a referida ativação da Secretaria se deu pela má gestão da AMAS que, por fim, foi extinta.

Cabe destacar a localização geográfica do município de Tijucas que encontra-se margeado pela BR 101, faz limites com alguns pólos turísticos e abriga uma das maiores empresas do

⁷ Informações coletadas a partir de documentos institucionais arquivados na SMAS, entre eles, o Estatuto de criação da AMAS e as atas das reuniões.

Estado, a Cerâmica Portobello S/A. A cidade também é próxima da capital do Estado e é um dos acessos⁸ fáceis ao município de Nova Trento, cidade do Santuário de Santa Paulina, onde acontecem frequentemente visitas e romarias. Estes fatores colaboram para o surgimento de bairros periféricos e favelas (considerando o fluxo migratório) inclusive com a instalação do Presídio Regional de Tijucas, no ano de 1999, que trouxe famílias de apenados a residir no município, o que contribui para o aumento nos índices de desemprego, pobreza e violência.

Todavia, essas situações tornam-se facilitadoras para que uma parcela expressiva de crianças e adolescentes se transformem em grupos vulneráveis ao abuso e exploração sexual e a outros fatores que engendram a violência. Marcado por esta realidade e convivendo com ela, o município de Tijucas, principalmente suas crianças e adolescentes, se expõem a circunstâncias que ameaçam e violam significativamente seus direitos civis, humanos e sociais.

A partir dessas premissas, a situação das famílias de crianças e adolescentes demanda ações emergenciais, aliadas à elaboração e execução de políticas efetivas no campo da infância e juventude, na garantia de direitos, defesa e atendimento.

Atendendo a demanda crescente de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, através do Decreto Municipal Nº 446/2009, foi criado o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Tijucas – SC que têm como objetivo prestar serviços de apoio, orientação e acompanhamento a crianças, adolescentes e suas famílias, em situação de ameaça ou violação de direitos, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência vivida.

Ainda segundo o referido Decreto, o CREAS prestará atendimento prioritário às crianças, adolescentes e suas famílias nas seguintes situações:

- a) Crianças e Adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual;
- b) Crianças e Adolescentes vítimas de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência);
- c) Famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que apresentem dificuldades no cumprimento das condicionalidades;
- d) Crianças e Adolescentes em situação de mendicância;
- e) Crianças e Adolescentes que estejam sob "medida de proteção" ou "medida de pertinente aos pais ou responsáveis";

⁸ Ao longo das rodovias BR 101 e da SC 411 que cortam o município de Tijucas encontram-se vários estabelecimentos de prostituição, e conforme já veiculado na mídia escrita houve casos de menores sendo explorados sexualmente, sendo assim o Conselho Tutelar tomou as devidas providências legais.

- f) Crianças e Adolescentes sob medida protetiva de abrigo, e reintegradas ao convívio familiar;
- g) Adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à comunidade;
- h) Adolescentes e Jovens após cumprimento de medida sócio-educativa privativa de liberdade, quando necessário suporte à reinserção sócio-familiar.

Entre os serviços oferecidos pelo CREAS está o Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes que visa o atendimento as crianças e adolescentes em situação de violência sexual que, assim como suas famílias encontram-se em situação de grande vulnerabilidade e fragilidade. Neste Serviço atuam uma assistente social com data de admissão em 03/11/2008, pois já atuava no Programa Sentinela, uma psicóloga com data de admissão em 01/09/2010 e uma pedagoga com data de admissão em 17/05/2010.

Segundo dados do Serviço de Enfrentamento, do mês de janeiro até o mês de outubro deste ano foram atendidos cerca de 50 casos, entre esses casos estavam crianças e adolescentes vítimas de violência sexual ou ainda casos que precisavam ser investigados.

Atualmente são atendidas vinte vítimas de violência sexual, desses, 11 são do sexo feminino e 9 do sexo masculino, considerando a naturalidade dessas vítimas, 10 são naturais de Tijucas e as outras 10 de outras cidades como São João Batista, Canelinha, Joinville, Porto Belo, Indaial, Navegantes, Apucarana-PR e Londrina-PR. Dessas vítimas, 8 são crianças e 12 são adolescentes.

2.2.2 O Serviço Social

Dentre as profissões que atuam no Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, está o Serviço Social e suas principais atividades, de acordo com informações prestadas pela Assistente Social responsável, são:

- Prestar atendimento socioassistencial individual à vítima e aos seus familiares;
- Promover abordagem junto aos usuários, esclarecendo a intervenção realizada;
- Participar de reuniões;
- Realizar visitas domiciliares;

- Elaborar plano de intervenção junto aos usuários atendidos, bem como o acompanhamento das intervenções realizadas;
- Quando necessário, encaminhar a outras instituições;
- Acompanhar os encaminhamentos realizados de modo a garantir atendimento integral e de qualidade, ao usuário;
- Discutir e elaborar conjuntamente com os outros técnicos, estudos de casos e relatórios socioassistenciais;
- Quando necessário, encaminhar ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, Promotoria Pública e a Delegacia de Polícia Civil, relatórios técnicos com informações sobre violação de direitos.

Ainda, segundo a profissional, o Serviço Social tem um grande papel na luta pela garantia dos direitos através das políticas sociais.

Quanto ao percurso de atendimento, a Profissional esclarece que se dá da seguinte forma:

- A vítima é encaminhada ao CREAS, onde é feito o acolhimento pela equipe técnica;
- É realizada entrevista com a mesma, pela Psicóloga e atendimento à família com a Assistente Social sendo que, neste momento, muitas vezes os profissionais realizam conjuntamente esta entrevista, visto que é um momento de conhecer a história da família e sanar as dúvidas.
- A vítima é atendida, uma vez por semana pela Psicóloga. Neste momento, se verifica a necessidade de encaminhamento a outras instituições para um atendimento mais abrangente à vítima e aos seus familiares. Geralmente, este trabalho é realizado em conjunto com o Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Polícia Civil, APAE, Educação e outros, através de troca de informações.

Por se tratar de um tema complexo, o abuso sexual contra crianças e adolescentes têm grande impacto também na área emocional do profissional que realiza a intervenção. Neste sentido, Amaro (2003, p. 121) salienta que “As histórias infantis apresentadas provocam sentimentos de ira, indignação e uma série de indagações sobre *como e por que* um indivíduo, geralmente adulto e familiar, se apropria de um corpo infantil com a finalidade de *severciá-lo*”. A autora dispensa as indagações que se apresentam nesta ocasião, segundo Amaro (2003) o que

interessa é a elucidação de elementos que estiveram presentes durante todo o processo de investigação e análise, em especial, a escuta profissional, que teve na revelação do abuso uma mediação ética e profissional indispensável.

Segundo Ávila e Nogueira (2003, p. 195):

“O Serviço Social, ao longo da história, vem atuando nas demandas sociais colocadas no seu dia-a-dia sendo o seu instrumental de intervenção pautado em uma intencionalidade prática, extrapolando, por muitas vezes, a requisição institucional, estando localizado dentro de paradigmas éticos/profissionais. As demandas que daí surgem, chegam com uma roupagem própria, cheias de signos e significados. Assim o Serviço Social, com o seu conhecimento teórico, intervém nas contradições sociais, sendo capaz de decifrá-las.

Neste sentido segundo as autoras supra citadas, “[...] as referências teóricas, filosóficas e metodológicas da profissão, que são definidas através do processo histórico e constituem-se a partir das demandas sociais, vão legitimando a sua prática”.

No sentido de conhecer o trabalho realizado pelos profissionais que atuam no Serviço de Enfrentamento e as condições institucionais, o presente trabalho além de trazer o aporte teórico, traz também uma pesquisa conforme a terceira seção que segue.

3 A Pesquisa

A presente pesquisa se constitui a partir de estudo exploratório, de natureza qualitativa, delineada como pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Constituem-se como sujeitos da pesquisa os profissionais que atuam no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual, sendo uma assistente social, uma pedagoga e uma psicóloga.

Essas profissionais foram muito atenciosas e se colocaram à disposição para sanar as dúvidas apresentadas. No sentido de não interromper as atividades que são executadas naquele importante serviço, o agendamento da entrevista foi feito com bastante antecedência, cerca de vinte dias, e a duração da execução da entrevista durou, em média, cinquenta minutos. Não houve a necessidade de gravar as respostas, pois as mesmas se apresentaram de forma sintética, sendo possível anotá-las, durante a fala dos sujeitos.

Cabe lembrar que anteriormente a realização das entrevistas, foi solicitada uma autorização da Coordenação do CREAS (ANEXO A) e também foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) que foi devidamente lido e assinado pelas profissionais participantes.

Com a finalidade de preservar a identificação dos sujeitos, as entrevistadas serão nomeadas a partir do nome de três flores, sendo elas: Violeta, Orquídea e Camélia. Já no item 3, a profissional participante será nomeada de AS.

Neste sentido, nesta última seção será feita uma análise a partir dos dados obtidos através da aplicação de um questionário (APÊNDICE B) aos profissionais que atuam no Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes do município de Tijucas – SC. Os dados que formam o Perfil dos profissionais como idade, sexo, formação profissional, tempo de graduação, colocação profissional e tempo de atuação no Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, compreendidos pelos itens 1.1 ao 1.5, serão apresentados através de gráficos, já os demais itens respondidos serão apresentados em forma de quadro, seguidos de análise.

Foram constituídas como categorias de pesquisa:

- Perfil Profissional;
- Atuação Profissional;

- Atuação no Serviço Social do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A partir desses eixos principais serão abordados subitens que possibilitarão compreender aspectos profissionais, institucionais e da rede de proteção social.

1 PERFIL

1.1 IDADE

A idade das profissionais que atuam no Serviço de Enfrentamento conforme evidenciado pelo gráfico abaixo se dá, na sua maioria, por profissionais na faixa etária entre 25 e 35 anos.

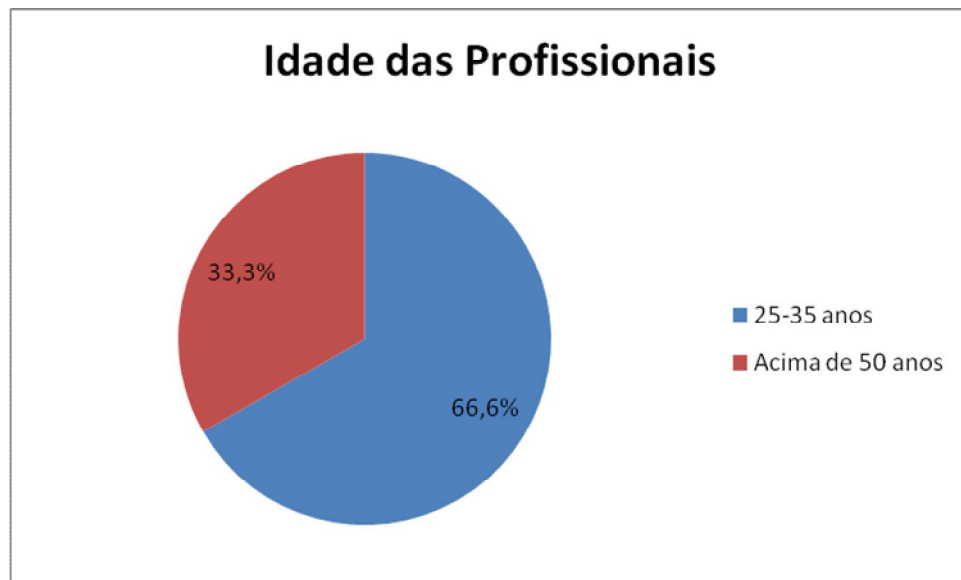


Gráfico 1: Idade

1.2 SEXO

O sexo dos profissionais se apresenta, por unanimidade, do sexo feminino.



Gráfico 2: Profissionais por sexo.

1.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional se dá de forma diversa, pois há uma profissional formada por cada instituição, sendo todas Unidades de Formação Acadêmica particulares, do Estado de Santa Catarina, conforme o gráfico abaixo.



Gráfico 3: Profissionais formados por instituição.

No que se refere à formação complementar, das três profissionais participantes, duas tem especialização e uma apenas graduação. Sendo uma especialista em Psicologia e Saúde Mental e outra em Séries iniciais e educação especial conforme apresentado pelo Gráfico 4, abaixo.

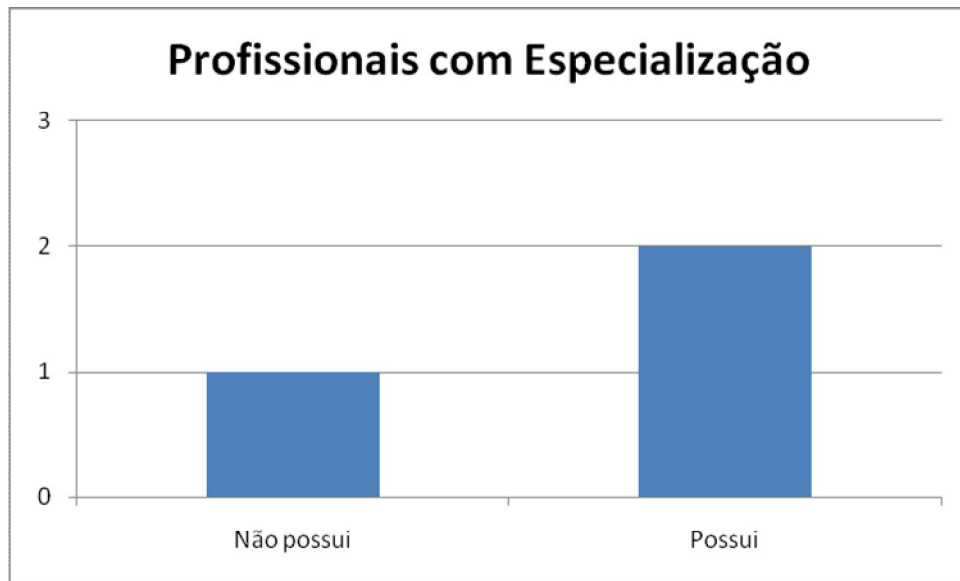


Gráfico 4: Profissionais com especialização.

1.4 TEMPO DE GRADUAÇÃO

Quanto ao tempo de formação acadêmica, que se refere ao tempo de conclusão da graduação, os dados obtidos mostram que das três profissionais, duas estão formadas no período de 1 a 4 anos e uma no período de 5 a 10 anos.

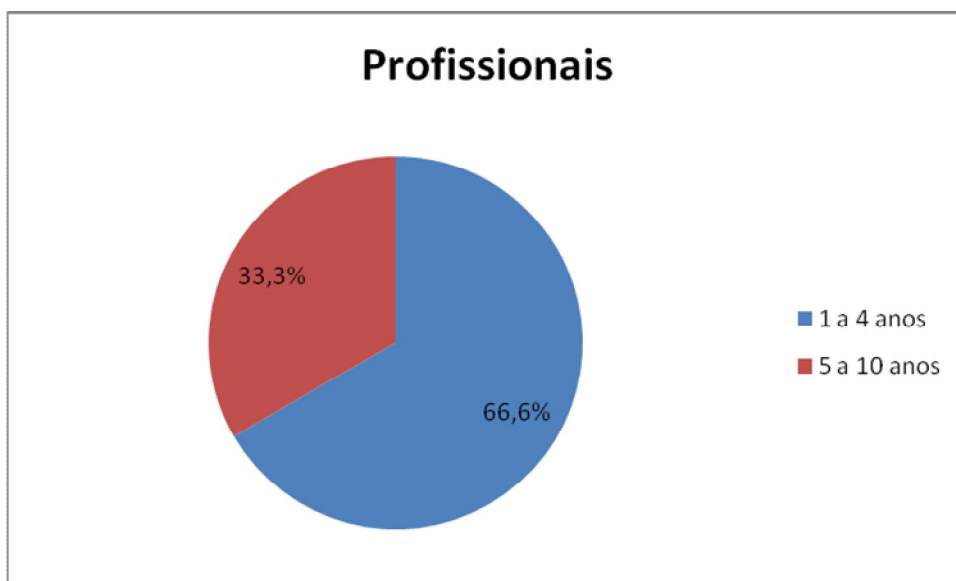


Gráfico 5: Tempo de graduação

1.5 COLOCAÇÃO PROFISSIONAL

Este dado mostra a fragilidade do vínculo empregatício, pois todos os profissionais são contratados por tempo determinado mostrando uma tendência no mundo do trabalho que reflete na condução das políticas sociais. Sendo assim, incidem na rotatividade dos profissionais do Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, conforme traz o gráfico abaixo:

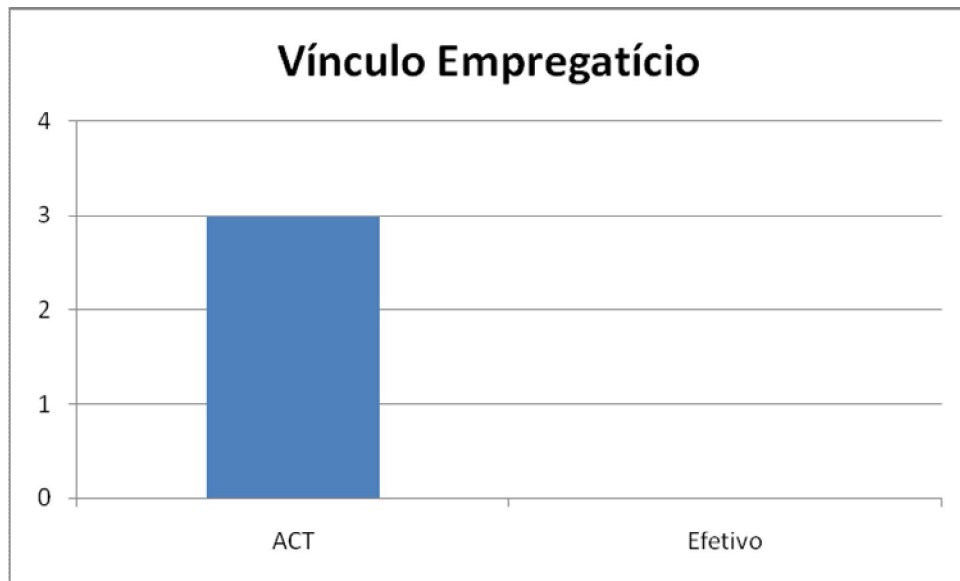


Gráfico 6: Vínculo empregatício

Quanto ao tempo de atuação no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o Gráfico 7 remete às considerações feitas no Gráfico 6, pois devido à forma de contratação ser precarizada, há uma grande rotatividade de profissionais neste órgão, esta constatação esta explicita no Gráfico a seguir.



Gráfico 7: Tempo de atuação.

Equiparação salarial com os profissionais de sua área de conhecimento, inseridos no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de municípios vizinhos:

Violeta	“Inferior em comparação ao município de Itapema, que corresponde à metade”.
Orquídea	“Bem inferior”.
Camélia	“Inferior em relação às cidades vizinhas”.

Quanto à equiparação salarial com os profissionais que atuam nas cidades vizinhas como Itapema, por exemplo, percebe-se um grande diferencial em termos salariais que corresponde, de acordo com a fala das entrevistadas, à metade.

1.6 CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS

- Tempo disponibilizado para o atendimento e acompanhamento das demandas

Violeta	“Tempo insuficiente”
Orquídea	“Ideal”
Camélia	“8 horas diárias, tempo suficiente”.

Quanto ao tempo disponibilizado para o acompanhamento das demandas há de se considerar que apenas uma profissional afirma “Tempo insuficiente” para o acompanhamento das demandas.

Cabe aqui lembrar que esta profissional tem sobrecarga de funções conforme evidenciado no item que dispõe sobre a Pressão Institucional.

- Espaço físico/privacidade

Violeta	“Bom”
Orquídea	“Espaço físico deveria melhorar, privacidade está ruim, quando se fala da para escutar no lado de fora”.
Camélia	“Espaço pequeno e privacidade ruim”.

Esta questão mostra a necessidade de se rever as condições de trabalho dos profissionais que executam seus serviços nesta instituição, das três profissionais, 2 trazem o problema da privacidade que dificulta o andamento dos trabalhos.

Entende-se que para a execução de um bom trabalho, são imprescindíveis boas instalações físicas.

- Pressão institucional

Violeta	“Sobrecarga profissional com o acúmulo de funções”
Orquídea	“Não há”.
Camélia	“Não há”.

Neste item, segundo relatos de duas profissionais, não apresenta pressão institucional, enquanto uma apresenta que a pressão institucional se dá pela “Sobrecarga profissional com o acúmulo de funções” o que remete ao enxugamento dos recursos humanos presentes nas instituições e suposta sobrecarga dos que lá estão.

Atualmente, cada vez mais os profissionais têm que se desdobrar para atender a grande demanda de serviços que lhe são impostas, além também de executar serviços que não fazem parte das suas atribuições. Sobrecarregando assim sua rotina institucional e fazendo deslocar daquilo que seria sua principal atividade. Por fim cobra-se resultados, mas não se leva em consideração a sobrecarga de trabalho a que este profissional está submetido.

2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 Desenvolvimento de trabalho interdisciplinar no serviço de enfrentamento à violência, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes:

- a) área de conhecimento com a qual atua em conjunto

Violeta	“Pedagogia e Psicologia”.
Orquídea	“Pedagogia e Serviço Social”.
Camélia	“Serviço Social e Psicologia”.

- b) tipos de acompanhamentos, conjuntos, realizados

Violeta	“Atendimento individual das crianças e adolescentes e também dos pais ou responsáveis, visitas domiciliares e há também a reunião”.
Orquídea	“Atendimento individual das crianças e adolescentes e também dos pais ou responsáveis, visitas domiciliares e reunião”.
Camélia	“Visita Domiciliar, Atendimento e Reunião”.

c) Periodicidade dos acompanhamentos conjuntos

Violeta	“A reunião é semanal e os atendimentos e as visitas sempre que há necessidade”.
Orquídea	“Os atendimentos e as visitas quando há necessidade e a reunião é semanal”.
Camélia	“Reunião semanal, as visitas domiciliares quando há disponibilidade de veículo”.

Nos itens b e c identifica-se que a interdisciplinaridade é fundamental no enfrentamento da violência sexual, pois necessita de várias áreas de conhecimento para o bom andamento dos trabalhos.

Porém se torna explícito na fala de uma das profissionais que há uma certa dificuldade na execução da visita domiciliar devido a falta de carro.

Cabe aqui ressaltar as condições que os profissionais estão submetidos, faltam-lhes melhores condições físicas para poderem desenvolver suas atividades.

2.2 Desenvolvimento de trabalho conjunto com a rede de proteção social

a) Principais instituições que compõem a sua rede

Violeta	“Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Polícia Civil, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Plantão Social e CMDCA”.
Orquídea	“Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Polícia Civil, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público, Centro de Referência de Assistência Social, Plantão Social e CMDCA”.
Camélia	“Conselho Tutelar, Fórum, Ministério Público, Casa Lar, Educação, Saúde, Polícia Civil e Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil”.

b) Instituição com maior número de encaminhamentos para o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Violeta	“Conselho Tutelar”.
Orquídea	“Conselho Tutelar”.
Camélia	“Conselho Tutelar”.

Nos quadros a e b, estão descritas as instituições que compõem a rede de proteção social municipal, segundo os profissionais entrevistados, e também a instituição que mais encaminha crianças e adolescentes para o Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Percebe-se que a rede de proteção social do município é bem ampliada.

Há, portanto a falta de articulação desta rede que continua desenvolvendo suas atividades de forma fragmentada e que não responde ao objetivo central que é a proteção da criança e do adolescente.

c) Qualificação dos profissionais que compõem a sua rede

Violeta	“O Conselho Tutelar é o menos qualificado e acaba encaminhando todos os casos sem fazer triagem. Já a educação confunde as atribuições do Conselho Tutelar com as do Serviço de Enfrentamento”.
Orquídea	“Os que apresentam menos qualificação é o Conselho Tutelar e a Secretaria de Educação, os profissionais não tem qualificação para realizar triagem”.
Camélia	“Conselho Tutelar precisa de mais qualificação”.

Fica evidenciado neste quadro, segundo o relato dos profissionais entrevistados, que o Conselho Tutelar é o órgão em que os profissionais são os menos qualificados, trazendo a tona assim a fragilidade da rede de proteção. Embora conforme trazido no quadro b, o Conselho Tutelar é órgão onde há o maior número de encaminhamentos para o Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Nesta sociedade o papel do Conselho Tutelar enquanto garantidor de direitos é fundamental, por esse motivo o CT deve ter posição privilegiada na agenda pública, fazer valer os direitos de crianças e adolescentes começa necessariamente por um conselho bem estruturado e capacitado.

O Conselho é a porta de entrada das demandas que necessitam de proteção ou mesmo de acesso às políticas públicas.

3 ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA, AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

a) Principais dificuldades para o cumprimento dos preceitos constantes na legislação voltadas à criança e ao adolescente

AS	“Falta de qualificação dos profissionais que compõem a rede de proteção social, oferta de veículo insuficiente para fazer os acompanhamentos (é disponibilizado 1 vez por semana), a falta de veículo se agrava devido ao fato de ter que atender ao Serviço de Enfrentamento e ainda a Casa Lar”.
----	--

Nesta primeira fala fica claro os percalços que o Serviço Social se depara diariamente para poder efetivar os direitos da criança e adolescente, desde a falta de qualificação da rede de proteção, passando pela falta de estrutura física até a sobrecarga de trabalho.

b) Principais dificuldades identificadas, da rede de proteção social, quanto ao trabalho preventivo à violência sexual contra crianças e adolescentes em seu município

AS	“Há omissão dos próprios profissionais que compõem a rede, esses profissionais tem medo ou não conseguem identificar”.
----	--

Nesta fala está evidenciado algo que deveria ser tomado como elemento principal na prevenção, além do atendimento à vítima depois de acontecer a violência, é preciso de uma rede de proteção social em que os profissionais sejam capacitados para lidarem com as situações e, na maioria das vezes, poderem evitar que seja consumada a violência.

d) Contribuições trazidas ao seu trabalho a partir da articulação com a rede de proteção social

AS	“É muito importante para o andamento dos trabalhos”.
----	--

Nesta fala percebe-se a importância da articulação da rede para prevenir e atender as vítimas da violência sexual.

Amaro (2003, p. 130) contribui trazendo que “[...] as redes de proteção constituem potencialmente redes democráticas. Em primeiro lugar, porque ativam e desencadeiam saberes,

poderes, recursos e dispositivos à autonomização, auto-organização e auto sustentabilidade, enfim ao fortalecimento dos sujeitos (...)” e também segmentos mais precarizados.

Ainda de acordo com a autora “Em segundo lugar, porque são marcadas por uma intenção comunicativa e política entre seus autores, bem como pelo esforço cooperativo, coordenação articulada e prestação coletiva de contas (financeiras e sociais)”.

- e) Principais condições sociofamiliares que possam ter contribuído para a situação de violência sexual

AS	“Não há explícito. Não se resume à desestruturação familiar nem a classe social”.
----	---

Pode-se perceber, neste relato, a complexidade que há em se tratar da violência sexual, pois este fenômeno não está restrito a classe social e muito menos a famílias que setores conservadores denominavam de famílias desajustadas, o recorte que se têm da realidade vivida é de que as vítimas oriundas das classes subalternas sejam mais atendidas pela rede de proteção social, porém, isto se dá devido aos casos serem informados aos órgãos estatais. Enquanto que as vítimas oriundas de classes mais abastadas não entram para as estatísticas oficiais, pois são atendidas na rede particular.

- f) Participação das famílias para a erradicação da violência sexual, durante o acompanhamento do Serviço Social

AS	“As famílias são omissas na maioria das vezes”.
----	---

Esta fala remete ao descaso que as famílias têm com suas crianças e adolescentes, há predominantemente um conceito de crianças e adolescentes como sujeitos submissos e que não podem ser protagonistas, esses fatos remetem a todo um processo “machista” que permeia as relações familiares e que amputam os direitos infanto-juvenis. A criança ou adolescente por sua vez, além de serem vítimas, também se sentem culpadas por aquele ato violento que foi praticado contra elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No término deste trabalho cabe fazer algumas considerações a respeito das interrogações feitas na parte introdutória deste trabalho. Primeiramente nos cabe abordar a respeito de como se configura a articulação do Serviço Social do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual do Município de Tijucas - SC, com a rede de proteção social?

Conforme apontado nos relatos expostos pode-se notar que esta articulação ainda apresenta-se frágil, começando pela falta de qualificação dos profissionais que compõem a rede de proteção social municipal. Esta articulação se torna ainda mais frágil devido às condições socioinstitucionais a que o assistente social está inserido, levando em conta a falta de condições físicas e também devido a sobrecarga de trabalho.

Como se articula o trabalho entre a área de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia do Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual do Município de Tijucas - SC?

A questão da articulação do trabalho interdisciplinar apresenta-se de forma bastante abrangente e comunicativa, porém o que se tem verificado é que a rotatividade dos profissionais tem dificultado e efetivação de vínculos entre os profissionais e também destes com os usuários.

Quais as principais dificuldades do Serviço Social, nessa área, no atendimento a crianças e adolescentes?

As principais dificuldades que o Serviço Social apresenta, nesta área, se dá principalmente pela sobrecarga de trabalho que é imposta, o profissional tem que se desdobrar entre as atividades do Serviço de Enfrentamento e também do abrigo existente no município. Segundo a legislação que define o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estes dois serviços se encontram em níveis diferentes de complexidade e, por isso, o abrigo deveria ter uma assistente social responsável.

Quanto ao objetivo geral que visa oferecer subsídios para potencializar o trabalho do Assistente Social do Serviço de Enfrentamento, frente às principais demandas recebidas na área da violência sexual contra crianças e adolescentes residentes no município de Tijucas – SC pode-se destacar que o referido trabalho trouxe elementos que conseguem apresentar um panorama das

condições em que o Serviço Social está inserido, entende-se que o primeiro passo para a efetivação do fazer profissional naquele espaço seria a sistematização da prática profissional.

No que se refere à compreensão da atuação do Serviço Social naquele espaço socio-ocupacional, entende-se que foi satisfatório, porém necessita de aprofundamento no conhecimento da prática profissional.

Foi possível identificar as políticas públicas que compõem a rede de proteção social do município, porém verifica-se que elas não estão respondendo como deveriam as demandas que se apresentam.

Pelo pouco tempo e contato com os documentos e profissionais não foi possível traçar um perfil das principais condições sociofamiliares das crianças e adolescentes que possam ter contribuído para a situação de violência, neste sentido, é de grande importância o aprofundamento no estudo dos casos atendidos, que também poderá contribuir na compreensão dos aspectos do fenômeno da violência, do abuso e da exploração sexual, nesse município.

No decorrer deste trabalho apresentaram-se algumas dificuldades no que se refere ao perfil das crianças e adolescentes, atendidas no Serviço de Enfrentamento, devido principalmente a falta de sistematização da prática profissional e também devido a rotatividade dos profissionais que ali atuam.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência**: das sombras do sofrimento à genealogia de resistência: uma nova teoria científica. Porto Alegre: AGE/EDIPUCRS, 2003.

ANDRADE, José Eduardo de. **Conselhos tutelares**: sem ou cem caminhos? / José Eduardo de Andrade. – São Paulo: Veras Editora, 2000. – (Série núcleos de pesquisa; 5).

Ávila, Heleni de. e Nogueira, Tânia. “Serviço Social – Seus significados e Sua atuação no CEDECA-BA”, *in* Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia – Yves de Roussan. **Construindo uma história**: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes / Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia – Salvador: CEDECA-BA, 2003. p. 195-200.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. (coords). **Infância e violência doméstica**: Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

AZEVEDO, Maria Amélia e GERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Mania de bater**: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Editora Iglu, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária**. Brasília-DF: Conanda, 2006.

CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da criança e do adolescente**. Criciúma, SC: UNESC, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31-50.

FALEIROS, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: Thesaurus 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha Silveira (coords). **Circuito e curtos-circuitos**: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Veras, 2001.

FISCHER, Rosa Maria (Coord). **Os bons conselhos**: pesquisa “conhecendo a realidade”. São Paulo: CEATS/FIA, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Maria Lúcia. e LEAL, Maria de Fátima. “Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual e Comercial no Brasil”, *in* A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais / Renata Maria Coimbra Libório, Sônia M. Gomes Sousa, organizadoras. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004. p. 267-288.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME & SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **GUIA de orientação nº 1**: centro de referência especializado de assistência social. Brasília, DF.

MORAES, José Carlos Sturza, “O LUGAR DO CONSELHO TUTELAR EM NOSSA SOCIEDADE”, *in* MASERA, Elizabeth dos Santos & MORAES, Jose Carlos Sturza de. *Conselhos Tutelares, impasses e desafios - A Experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2006.

Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.obscriancaeadolescente.org.br/?id=nws&cod=354>> Acesso dia 27/09/2010 às 21 horas.

RANGEL, Patricia Calmon. **Abuso Sexual intrafamiliar recorrente**. Curitiba: Juruá, 2001.

ROSA, Edinete Maria. **Radiografia de um processo judicial: um estudo sobre o discurso jurídico a respeito da violência contra crianças**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SANTOS, Joseleno Vieira dos. “Da Senzala à Internet: A Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, *in* A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais / Renata Maria Coimbra Libório, Sônia M. Gomes Sousa, organizadoras. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004. p. 235-266.

VASCONCELOS, Maria O. M.; MALLAK, Linda Simone (orgs). **Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar**. Carapicuíba, SP: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry

Direito da Criança e do Adolescente: volume 5 / Josiane Rose Petry Veronese; Valdemar P. da Luz (coord.) – Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006. (Coleção resumos jurídicos)

VIVARTA, Veet (coord.). **O grito dos inocentes**: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por meio deste documento você está sendo convidado (a) a responder o questionário que faz parte da pesquisa **“A atuação profissional do Serviço Social no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, no município de Tijucas - SC”**, que tem como objetivo principal oferecer subsídios para potencializar o trabalho do Assistente Social do Serviço de Enfrentamento, frente às principais demandas recebidas na área da violência sexual contra crianças e adolescentes residentes no município de Tijucas – SC.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida pelo acadêmico do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina Robson Alves de Brito. A pesquisa propiciará o acesso às seguintes informações:

- 1 – Compreender a atuação do Serviço Social nesse espaço sócio - ocupacional;
- 2 – Identificar as políticas públicas que compõem a rede de proteção social;
- 3 – Identificar as principais condições sociofamiliares das crianças e adolescentes que possam ter contribuído para a situação de violência;
- 4 – Compreender aspectos do fenômeno da violência, do abuso e da exploração sexual, nesse município.

O presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você está recebendo uma cópia deste termo em que constará o telefone do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

“Eu, _____ portador do RG nº _____, declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para realização desta. Fico ciente também

de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o pesquisador Robson Alves de Brito, responsável por esta pesquisa”.

Tijucas, ____ de _____ de 2010.

Assinatura do Declarante

Contatos: Robson Alves de Brito - Email: robbrito85@bol.com.br – Tel.: (48) 32631802

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Este questionário é parte da pesquisa para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, do acadêmico Robson Alves de Brito, orientado pela Profa. Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A identidade dos participantes será mantida em sigilo.

1 – PERFIL

1.1 – Idade

- () 25 a 35 anos
- () 36 a 45 anos
- () 46 a 50 anos
- () acima de 50 anos

1.2 – Sexo

- () Masculino
- () Feminino

1.3 – Formação profissional

Unidade de Ensino: _____

- () especialização () mestrado () doutorado () curso de capacitação
Especificar: _____

1.4 – Tempo de graduação

- () até 1 ano
- () 1 a 4 anos
- () 5 a 10 anos
- () 11 a 15 anos
- () 16 a 20 anos
- () mais de 20 anos

1.5 – Colocação profissional

Tipo de vínculo empregatício: _____

Tempo de atuação no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes:

- () até 1 ano
- () 1 a 4 anos
- () 5 a 10 anos

Equiparação salarial com os profissionais de sua área de conhecimento, inseridos no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de municípios vizinhos: _____

1.6 Condicionantes institucionais

Tempo disponibilizado para o atendimento e acompanhamento das demandas: _____

Espaço físico/privacidade: _____

Pressão institucional: _____

2 – ATUAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 – Desenvolvimento de trabalho interprofissional no serviço de enfrentamento à violência, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes:

a) área de conhecimento com a qual atua em conjunto:

b) tipos de acompanhamentos, conjuntos, realizados:

c) Periodicidade dos acompanhamentos conjuntos:

2.2 – Desenvolvimento de trabalho interprofissional com a rede de proteção social

a) Principais instituições que compõem a sua rede:

b) Instituição com maior número de encaminhamentos para o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes:

c) Qualificação dos profissionais que compõem a sua rede:

3 – ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO SERVIÇO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA, AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

a) Principais dificuldades para o cumprimento dos preceitos constantes na legislação voltadas à criança e ao adolescente:

b) Principais dificuldades identificadas, da rede de proteção social, quanto ao trabalho preventivo à violência sexual contra crianças e adolescentes em seu município:

c) Contribuições trazidas ao seu trabalho a partir da articulação com a rede de proteção social:

d) Principais condições sociofamiliares que possam ter contribuído para a situação de violência sexual: _____

e) Participação das famílias para a erradicação da violência sexual, durante o acompanhamento do Serviço Social: _____

ANEXO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS**

Secretaria Municipal de Ação Social

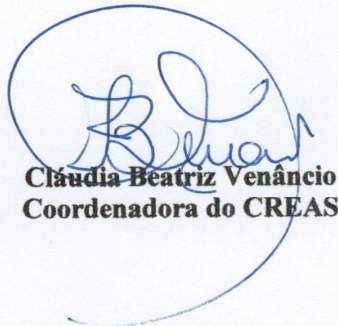
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social



AUTORIZAÇÃO

Autorizo o acadêmico do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina Robson Alves de Brito, orientado pela Profa. Dra. Eliete Cibebe Cipriano Vaz, a aplicar um questionário junto às profissionais que atuam no Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e que faz parte da pesquisa **“A atuação profissional do Serviço Social no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, no município de Tijucas - SC”**, que tem como objetivo principal oferecer subsídios para potencializar o trabalho do Assistente Social do Serviço de Enfrentamento, frente às principais demandas recebidas na área da violência sexual contra crianças e adolescentes residentes no município de Tijucas – SC.

Tijucas, 29 de outubro de 2010.



Cláudia Beatriz Venâncio
Coordenadora do CREAS

Cláudia Beatriz Venâncio
Pedagoga
Coordenadora CREAS